



Anais da Assembléia

Nº 121

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE OUTUBRO DE 1990

ANO XV

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 86.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 1990

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados Nilton Barbosa e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (53). Achando-se em licença o Sr. Deputado Luciano Pizzatto (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de líder do PDT, indico os Deputados para comporem a COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO:

Rafael Greca de Macedo (Titular)

Algaci Túlio (Suplente).

Sala das Sessões, em 16.10.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA
Líder do PDT

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2295

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em Terceira Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 16.10.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO Nº 2300

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 499/90, que cria e dá sede provisória à UNIVALE, por 01 (uma) sessão.

Sala das Sessões, em 16.10.90.

(a) RENATO ADUR

Apoio: Orlando Pessuti, Dirceu Manfrinato, Caíto Quintana, José Rogério Carvalho e João Arruda.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 111/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - O memorial descritivo dos limites e confrontações da área proposta para compor a superfície do município de FLOR DA SERRA, criado pela Lei nº 9300, de 18 de junho de 1990, constante do art. 1º da Resolução nº 46/90, de 03 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Começa na foz do rio São Bento com o arroio Ferreira, subindo por este até o ponto confluyente dos lotes rurais nºs 04 e 14, Gleba 37-FC, seguindo por linha seca separando entre os lotes rurais nºs 03, 04 e 14, 02, 07, 08, 09, 12 e 17, 12, 13 e 19, 24 e 20, 21, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 35 e 52, 55 e 52, 54, 56 e 55, 56, 57, 58, 59 e 96, 60, 67, 78 e 96, 84, 87 e 85, 88, 80 e 90, todos da Gleba nº 37-FC, até encontrar o rio Laranjeira, subindo por este até o ponto de limites de fundos dos lotes rurais nº 59 e 61, do Polígono "A" e seguindo deste ponto por linha seca, rumo

Nordeste, entre os lotes n°s 59, 61, 52 e 58, 52 e 54, do mesmo Polígono, até encontrar o córrego Pallas, por este descendo até a sua foz, no rio Pedra Lisa pelo qual sobe até o ponto de limites de fundo dos lotes rurais n°s 78 e 90, do polígono "C", seguindo no mesmo sentido entre os lotes n°s 78 e 80, 81 e 83, até encontrar o rio Tamanduá, subindo desse ponto até a foz do córrego Paca e por este subindo até o ponto de limites dos lotes n°s 84 e 86, do Polígono "D", seguindo desse ponto por linha seca, entre os lotes n°s 85 e 86, 87 e 88, 92 e 96, 95 e 97, 98, 103, 88 e 105, 100 e 107, todos do mesmo Polígono, daí seguindo pelo divisor de águas, no sentido Nordeste, até a nascente do rio Bonito pelo qual desce até a foz do arroio Ildebrando, por este subindo até a nascente do rio Galo, pelo qual desce até a sua foz, no rio Araçá, seguindo por esse rio Araçá até sua cabeceira, na divisa interestadual Paraná - Santa Catarina, por esta seguindo no sentido Oeste, até confrontar com a nascente da sanga Santo Ângelo, pela qual desce, até sua foz, no rio das Águas, por este descendo até o arroio Santa Terezinha; sobe por este arroio Santa Terezinha até encontrar a Linha Lemos pela qual avança rumo Norte, até encontrar a estrada 520, seguindo por esta no sentido Leste, até encontrar a estrada 440, pela qual segue rumo Norte, bifurcando com diversas estradas até a foz do arroio São Bento, no arroio Ferreira, ponto de partida."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.90.

(aa) JOÃO ARRUDA
CAÍTO QUINTANA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 519/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Memorial Descritivo dos limites e confrontações do Município de Flor da Serra, constante do art. 1° da Lei n° 9300, de 18 de junho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Começa na foz do rio São Bento com o arroio Ferreira, subindo por este até o ponto confluyente dos lotes rurais n°s 04 e 14, Gleba 37-FC, seguindo por linha seca separando entre os lotes rurais n°s 03, 04 e 14, 02, 06, 07, 08, 09, 12 e 17, 12, 13 e 19, 24 e 20, 21, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 35 e 52, 55 e 52, 54, 56 e 55, 56, 57, 58, 59 e 96, 60, 67, 78 e 96, 84, 87 e 85, 88, 89 e 90, todos da Gleba n° 37-FC, até encontrar o rio Laranjeira, subindo por este até o ponto de limites de fundos dos lotes

rurais n° 59 e 61, do Polígono "A" e seguindo deste ponto por linha seca, rumo Nordeste, entre os lotes n°s 59, 61, 52 e 58, 52 e 54, do mesmo Polígono, até encontrar o córrego Pallas, por este descendo até a sua foz, no rio Pedra Lisa pelo qual sobe até o ponto de limites de fundo dos lotes rurais n°s 78 e 80, do polígono "C", seguindo no mesmo sentido entre os lotes n°s 78 e 80, 81 e 83, até encontrar o rio Tamanduá, subindo desse ponto até a foz do córrego Paca e por este subindo até o ponto de limites dos lotes n°s 84 e 86, do Polígono "D", seguindo desse ponto por linha seca, entre os lotes n°s 85 e 86, 87 e 88, 92 e 96, 95 e 97, 98, 103, 99 e 105, 100 e 107, todos do mesmo Polígono, daí seguindo pelo divisor de águas, no sentido Nordeste, até a nascente do rio Bonito pelo qual desce até a foz do arroio Ildebrando, por este subindo até a nascente do rio Galo, pelo qual desce até a sua foz, no rio Araçá, seguindo por esse rio Araçá até sua cabeceira, na divisa interestadual Paraná - Santa Catarina, por esta seguindo no sentido Oeste, até confrontar com a nascente da sanga Santo Ângelo, pela qual desce, até sua foz, no rio das Águas, por este descendo até o arroio Santa Terezinha; sobe por este arroio Santa Terezinha até encontrar a Linha Lemos pela qual avança rumo Norte, até encontrar a estrada 520, seguindo por esta no sentido Leste, até encontrar a estrada 440, pela qual segue rumo Norte, bifurcando com diversas estradas até a foz do arroio São Bento, no arroio Ferreira, ponto de partida."

Art. 2° - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.10.90.

(aa) JOÃO ARRUDA
CAÍTO QUINTANA

PROJETO DE LEI N° 520/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública estadual a SOCIEDADE CULTURAL PERU-BRASIL, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.90.

(a) RUBENS BUENO

APOIAMENTO: Irondi Pugliesi, Paulino José Delazeri, Raul Lopes e 1 ilegível.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado José Rogério Carvalho.

(Declina do uso da palavra).

Com a palavra as Lideranças do PDS, PDT, PRN, PFL, PTB, PL, PSDB, PMDB e PT.

Todos declinam.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados para comporem a Comissão Permanente de Fiscalização. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria dos Srs. Deputados João Arruda e Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados João Arruda e Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, devidamente apoiado. - À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 65/89, de autoria do Deputado PAULINO DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE TERRA ROXA, com sede e foro no Município de Terra Roxa. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 164/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Município de ITAPERUÇU, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 207/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad referendum" do resultado o plebiscito, o Município de VILA BRANCA, com território desmembrado do Município de Cerro Azul, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 304/90, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS OSTOMIZADOS - APO, sociedade civil representativa de classe, com sede e foro à Rua Mal. Floriano Peixoto, 250, 11° andar, na cidade de

Curitiba, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 395/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a participação do Estado no Módulo Industrial do Xisto (empreendimento em fase de conclusão pela PETROBRÁS, situada em São Mateus do Sul). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 462/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que declara de Utilidade Pública o GRUPO DE ESTUDOS ESPELEOLÓGICOS DO PARANÁ - AÇUNGUI, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 490/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor MARCOS OLSEN. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 503/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que doa à Prefeitura de Guaratuba o imóvel pertencente à COPASA, localizado no Distrito de Cubatão, Município de Guaratuba. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 056/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que ratifica o convênio já celebrado, por motivo de urgência, em 23 de março de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SEAB e o Município de Curitiba, visando a proteção, conservação, manutenção e fiscalização do Parque Estadual Papa João Paulo II, localizado no Centro Cívico, nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 417/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o município de BORDA DO CAMPO, com território desmembrado do Município de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 417/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, objetiva a criação "ad-referendum" do resultado do plebiscito o município de BORDA DO CAMPO, com território desmembrado

do município de São José dos Pinhais.

Procedida a análise legal e constitucional do plano de lei em tela, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) WERNER WANDERER

Presidente

(a) ALGACI TÚLIO

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 447/90, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que proíbe a utilização de símbolos e outros que ostentem a Cruz Suástica ou Gamada e quaisquer objetos ou emblemas que induzam a preconceito de raça, cor, credo, sexo, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 447/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, objetiva proibir a utilização de símbolos e outros meios que ostentem a cruz suástica ou gamada e quaisquer objetos ou emblemas que induzam a preconceito de raça, credo, sexo e dá outras providências.

Procedida a análise do presente plano de lei, notamos a defesa dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, consubstanciados no art. 3°, inciso IV da Constituição Federal, em relato:

"Art. 3° -

III - promover o bem de todos, sem preconceito de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação."

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do projeto de lei em tela, nada encontrando que possa impedir o seu normal trâmite processual legislativo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) WERNER WANDERER

Presidente

(a) ALGACI TÚLIO

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 499/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 168/90), que institui a FUNDAÇÃO ESTADUAL DO VALE DO IGUAÇU - UNIVALE, com sede e foro provisórios na cidade de Palmas, Estado do Paraná. (Em anexo, Projeto de Lei de n° 184/90, de autoria do

Deputado Anibal Khury, no mesmo sentido). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Apenas, Sr. Presidente, para que seja consignado na Ata dos trabalhos, o meu voto contrário ao Projeto de Lei que acaba de ser aprovado, de autoria do Deputado Rafael Greca; porquanto, a própria Constituição brasileira assegura liberdade de crença, de credo; enfim, assegura todas as liberdades que esse projeto restringe.

E um projeto de lei ordinária de um Poder Legislativo Estadual não pode jamais sobrepor-se à Constituição Federal.

Por isso, o meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Anotado o voto contrário do Deputado Erondy Silvério.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados João Arruda, José Rogério Carvalho, Dirceu Manfrinato e demais Senhores Deputados, constantes do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto n° 499/90, por uma (01) sessão. Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto e Lei n° 499/90 por uma (01) sessão.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Vossa Excelência poderia declinar o nome dos Deputados que solicitam a retirada?

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Renato Adur, João Arruda, José Rogério, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Orlando Pesutti.

Retirado o projeto por uma sessão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela ordem, Senhor Presidente.

Apenas como justificativa, Senhor Presidente, sucede que, como este projeto está em votação em 2.^a discussão, obviamente diversas emendas apresentamos sobre ele, e como se trata da criação de uma Universidade do Vale do Iguaçu, para evitar de que, sem uma discussão entre os Deputados interessados venha-se votar as emendas, podendo comprometer o projeto, é a razão pela qual nós passamos a concordar com a idéia do Deputado José Rogério, de retirada por uma sessão, para que nós possamos sentar e avaliar as emendas, para ver se elas são possíveis ou não de serem apreciadas.

Obrigado.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Pela ordem, Senhor Presidente.

Eu requeiro seja incluído na Ordem do Dia de amanhã para apreciação desta Casa,

o veto do Senhor Governador, a idêntico projeto de lei, que o produto de uma emenda da iniciativa de vários Deputados, inclusive de minha autoria, que trata exatamente da UNIVALE; e o veto precede à votação deste Projeto.

Como foi pedido o adiamento de uma sessão, eu requeiro que seja incluído na sessão da Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deferido o seu pedido.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 326/89, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO INTEGRADO DE FAROL" com sede e foro no distrito de Farol. Com PARECER FAVORÁVEL da C. C. J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D. A. n° 102, de 20.11.89.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 326/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO INTEGRADO DE FAROL", com sede e foro no distrito de Farol.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para a declaração de utilidade pública, já que foi registrada em 1985, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que está em efetivo exercício junto à comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos, e que promove o crescimento organizacional do seu lugar de atuação, através da realização de obras e melhoramento, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimos, destinados a proporcionar além da integração comunitária, atividades econômicas, culturais e desportivas aos seus associados e dependentes.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos FAVORAVELMENTE à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS
Presidente

(a) RAUL LOPES
Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 339/89, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública

o "SINDICATO RURAL DE CIANORTE", com sede e foro no município de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da C. C. J., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D. A. n° 104, de 22.11.89.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 339/89

PARECER:

O ilustre Deputado Dirceu Manfrinato pretende, através do presente plano legal, declarar de Utilidade Pública nos termos da legislação vigente o "SINDICATO RURAL DE CIANORTE", com sede e foro no referido município.

O projeto está devidamente justificado e instruído, conforme solicita a lei n° 6.994, que estabelece normas para declaração de utilidade pública. Com efeito, pois a entidade prova que possui personalidade jurídica há mais de uma ano, não remunera a sua diretoria, apresenta relatório de atividades mostrando suas meritórias ações.

Não existe, portanto, impedimento de natureza regimental, legal ou constitucional que possa impedir a normal tramitação deste Projeto de Lei n° 339/89, no âmbito desta Assembléia Legislativa.

Desta maneira, apresentamos nosso parecer FAVORÁVEL.

Pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 05.12.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS
Presidente

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO
Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 16/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que assegura a colocação de balanças de precisão na saída dos caixas de supermercados. (Publ. no D. A. n° 02, de 19.02.90).

O SENHOR ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) -
Senhor Presidente, da mesma forma quero também que fique consignado o meu voto contrário a este Projeto de Lei, que é totalmente descabido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Anotado o voto contrário do Deputado Erondy Silvério, ao Projeto de Lei n° 16/90.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 439/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 175/90), que dispõe sobre a gratificação Policial Militar Especial, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação. (Publ. no D. A. n° 119, de 11.10.90).

Sobre o referido Projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 439/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 154/90, dispõe sobre gratificação Policial Militar Especial, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) ALGACI TÚLIO

Relator

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 510/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 176/90), que eleva a gratificação que trata o artigo 92 da Lei Complementar n° 14/82 - Gratificação pelo regime especial de trabalho policial. (Publ. no D. A. n° 119, de 11.10.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 510/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 176/90, tem por objetivo elevar a gratificação de que trata o art. 92 da Lei Complementar n° 14/82 - gratificação pelo regime especial de trabalho policial.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) ALGACI TÚLIO

Relator

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 511/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 174/90) que dá nova redação ao artigo n° 72 da Lei n° 6417 de 03 de julho de 1973. (artigo 72 - A etapa é a importância e dinheiro correspondente ao custeio da ração da região ou localidade considerada, fixada mensalmente). (Publ.

no D.A. n° 119 de 11.10.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 511/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n° 174/90, tem por finalidade dar nova redação ao art. 72, da Lei n° 6417, de 03 de julho de 1973 (art. 72 - A etapa é a importância em dinheiro correspondente ao custeio da ração da região ou localidade considerada, fixada mensalmente).

Ao proceder a análise legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela Aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) ALGACI TÚLIO

Relator

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 512/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 177/90), que dispõe sobre a Gratificação Policial Militar Especial, que trata o artigo 89, item 3, da Lei n° 6417 de 03/07/73, na forma que especifica. (Publ. no D.A. n° 119 de 11.10.90).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 512/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n° 177/90, tem por finalidade dispor sobre a Gratificação Policial Militar Especial, de que trata o art. 89, item 3, da Lei n° 6417, de 03/07/73, na forma que especifica.

Ao proceder a sua análise legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa pelos órgãos competentes deste Poder.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.10.90.

(a) ANIBAL KHURY - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós gostaríamos, Senhor Presidente, de transmitir a Vossa Excelência e aos demais integrantes desta Casa, que votamos favoravelmente aos Projetos de Lei n°s 439/510/511 e 512; e votamos também o 514, nos reservando o direito de aprofundarmos no dia de hoje e amanhã uma análise mais completa, porque há algumas questões que nós gostaríamos de melhores esclarecimentos e evidentemente hoje nós estamos avaliando e votando em 1.ª discussão a questão da legalidade e da constitucionalidade dos projetos e sobre esses dois aspectos não temos nada a questionar, mas sobre os aspectos do mérito, sobre outros aspectos nós temos que ainda melhorar os nossos conhecimentos, acerca desses cinco projetos e amanhã, se for o caso, nós apresentaremos as emendas que porventura julgarmos oportunas e necessárias.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 514/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 179/90), que cria a Carreira Especial de Advogado ao Estado do Paraná, integrada pelos ocupantes de empregos e cargos públicos de Advogados e Assistentes Jurídicos estáveis da Administração Direta e Autárquica do Estado do Paraná, conforme específica. (Publ. no D.A. n° 119 de 11.10.90).

ANEXO a que se refere o art. 3°

	Básico Cr\$
Advogado 1.ª classe -	
10% dos cargos.....	78.167,00
Advogado 2.ª classe -	
15% dos cargos.....	74.258,65
Advogado 3.ª classe -	
20% dos cargos.....	70.545,71
Advogado 4.ª classe -	
25% dos cargos.....	67.018,43
Advogado 5.ª classe -	
30% dos cargos.....	63.667,51

Os valores da remuneração básica constante deste anexo referem-se ao mês de setembro de 1990.

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 184/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Federação das Instituições de Ensino Superior do Vale do Iguaçu formada pela Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras e Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas, com sede e foro na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, entidade autárquica de regime

especial, na forma do artigo 8°, da Lei Federal n° 5540, de 28 de novembro de 1968, sem fins lucrativos, reger-se-á por regime unificado e pela legislação específica vigente.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, num prazo de sessenta (60) dias, a contar da sua publicação.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa unificar sob Federação a Fundação Faculdade estadual de Filosofia, Ciências e Letras e a Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas da cidade de União da Vitória.

A comunidade de União da Vitória reclama tal instituição, visto a necessidade de unificar os vários cursos mantidos pelas Fundações aludidas.

É inegável a viabilidade destas proposições, visto que haverá maior disponibilidade de recursos humanos e financeiros, evitando assim a sua dispersão.

Contamos com o apoio dos nobres Pares, nesta Casa de Leis para a aprovação de tal medida.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 499/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 168/90, visa instituir a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, com sede e foro provisórios na cidade de Palmas, Estado do Paraná.

Sob o aspecto constitucional e legal, não há óbice que impeça a normal tramitação deste, pelos órgãos competentes desta Casa de Lei, vem sim cumprir norma constitucional de interesse comum a todos os paranaenses.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela aprovação da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) ACIR MEZZADRI

Relator

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 514/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da mensagem governamental n° 179/90, objetiva criar a Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná, integrada pelos ocupantes de

pregos e cargos públicos de Advogado e Assistente Jurídico estáveis da Administração Direta e Autárquica do Estado do Paraná.

Procedida a análise legal e constitucional do plano de lei em tela, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, cabe salientar o relevante aspecto meritório da medida, pois há muito urgem-se providências, não só no âmbito do Poder Executivo, como também nos demais Poderes do Estado, para a regulamentação das carreiras dos profissionais das áreas jurídicas.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) ERONDY SILVÉRIO

Relator

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n° 179/90 objetiva criar a carreira especial de Advogado do Estado do Paraná, integrada pelos ocupantes de empregos e cargos públicos de Advogado e Assistente Jurídico estáveis da Administração Direta e Autárquica do Estado do Paraná.

Quanto ao aspecto legal e constitucional, Senhor Presidente, nós nada temos a opor e recomendamos a esta Casa a sua aprovação.

Quanto à utilidade, nos parece que a mensagem governamental já chegou tarde, porque a nobre classe dos advogados e assistentes jurídicos do Estado é que realmente tem tido até a data de hoje a responsabilidade de zelar pelo patrimônio público do Estado e vinha se constituindo numa injustiça a situação funcional de cada um desses servidores.

Em boa hora o Governador Álvaro Dias que tantas e tantas vezes é duramente criticado nesta Casa, às vezes e muitas vezes injustamente, lembrou-se em boa hora dessa classe e no apagar das luzes de seu governo manda a esta Casa, mensagem governamental, premiando pelo longo esforço, pelo trabalho meritório esses servidores.

Por isso, peça à Casa, não só a aprovação, mas como também um apelo aos Senhores Deputados, sem entretanto tentar cercar a liberdade de iniciativa de cada um nesta Casa, que é soberana e que é sagrada, mas fazer um apelo para que nenhuma emenda seja aposta à Mensagem Governamental, o que só viria a prejudicar os integrantes desta classe que a Assembléia Le-

gislativa nesta tarde quer dar uma justa e meritória recompensa pelos longos anos dedicados à causa pública. Nós assistimos há poucos instantes, em questão de ordem, ao Deputado Orlando Pessuti dizer que votou favoravelmente nas Mensagens Governamentais que aqui foram apreciadas e que votaria e votará também evidentemente, na 514, reservando-se, entretanto, o direito de examiná-la melhor para certificar-se da justeza ou não. A esse Deputado que tem sido tão operoso e brilhante nesta Casa, eu lanço o meu apelo para que não apresente emenda a este Projeto, o que será extremamente prejudicial aos advogados e assistentes jurídicos.

Esse é o parecer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa também faz coro ao pedido feito pelo Deputado Erondy Silvério para que, não querendo, como falou o Deputado, cercar o direito de cada um dos Parlamentares, também para que não apresentem emendas a este Projeto.

Em discussão o parecer e o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Para discutir, está com a palavra o Senhor Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

No instante em que se vota o Projeto de Lei n° 514/90, de autoria do Poder Executivo, que cria a carreira especial de Advogado do Estado, integrado pelos ocupantes dos cargos públicos de advogados e assistentes jurídicos estáveis e eu faço questão da afirmação, porque em determinada oportunidade, eu mesmo vi e ouvi colocações de que se estivessem em final de mandato criando cargos, contratando advogados para o Estado. Sempre é bom nós colocarmos de que os advogados integrantes dessa carreira são advogados estáveis do Estado e significa estabilidade no serviço público, significa advogados que já atuam na área jurídica do Estado do Paraná.

Portanto, não se está contratando pessoas ao Estado, e sim, regulamentando uma profissão que de fato e direito existe no serviço público.

Mas, venho a esta tribuna com breves instantes, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares para, em primeiro lugar cumprimentar e é evidente, não poderia ser diferente, ao Governador do Estado que teve a sensibilidade de entender que a carreira jurídica antes de ser um ônus para os cofres públicos, ela é a necessidade premente de que os atos do serviço público sejam previamente estudados por aqueles que, detendo o conhecimento jurídico e muitos com especificações em cada área,

como o caso da COPEL, SANEPAR e tantos outros órgãos do Estado que necessitam de uma advocacia praticamente especializada sobre aquele assunto, entendendo o Governador dessa necessidade da criação dessa carreira, envia a esta Assembléia Legislativa, o presente projeto de lei.

Mas, em segundo lugar, quero parabenizar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, os seus integrantes, muitos dos quais não retornarão no próximo ano a esta Casa, e foram membros constantes da Constituição que realizamos no Estado do Paraná, e eu recorro que naquela oportunidade tivemos um impasse muito grande se defrontou frente à Constituinte, que era como colocar os advogados do Estado, em razão da Constituição Federal passar a atribuição da advocacia para a Procuradoria do Estado ou para a Defensoria Pública - então criada pela Constituição Federal, com amplo estudo entre os companheiros, as lideranças de bancadas, os Parlamentares da Assembléia Constituinte do Estado, percebemos que havia uma diferença entre as carreiras da União e as do Estado. Lá havendo a Procuradoria, lá havendo a Defensoria criada e lá havendo a carreira do Advogado da União, que não tínhamos no Estado do Paraná. A Constituição, naquela oportunidade, com o apoio de muitos advogados brilhantes que o Estado do Paraná tem, encontrou a forma da colocação do assessoramento jurídico ao Poder Executivo e a representação judicial das autarquias para esta nova carreira de advogado a ser criada no Estado do Paraná.

Acho que isto, mais do que tudo, é um reconhecimento a uma carreira que tem trabalhado constantemente no Estado do Paraná numa advocacia - como disse anteriormente, muito dela especializada, que não pode ser representada pura e simplesmente pela Procuradoria do Estado, porque as condições de trabalho, especificidade das funções, o conhecimento da matéria, se tornam de suma importância para esse assessoramento que se faz necessário à representação estadual.

Quero reforçar, para ser breve, o pedido já realizado pelo Relator e pela Mesa, de que evitássemos, na tramitação desta matéria, uma emenda menos pensada, porque não estamos apenas votando uma lei sem conteúdo maior, estamos votando quase que um estatuto, a definição, a estruturação da carreira, o início, a sua promoção, como se fará, o número de vagas, tudo. Estudado entre o Executivo e os próprios interessados.

Portanto, está perfeita a lei que está aqui, atende aos interesses de todas as partes. Nos cabe, nesta Assembléia, no dia de hoje, votarmos esta grande conquista que - digo uma vez mais, uma conquista

feita na labuta, na Constituição do Estado do Paraná, que criou um dispositivo próprio à carreira de Advogado do Estado.

Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno - Deputado Caíto Quintana: parabenizo o pronunciamento de Vossa Excelência, bem como a mensagem do Governador instituindo a carreira especial de Advogado do Estado do Paraná.

Já foi muito bem dito pelo Relator da matéria, Deputado Erondy Silvério, acho que estamos, com isto, corrigindo uma grave falha de administração pública do Estado que, ao longo dos anos, deixou esta classe como verdadeiros marginais da administração pública, e que a partir de agora dá-se um primeiro passo, a primeira conquista. Ainda tem muito o que conquistar, a partir desta lei que é o primeiro passo para esta carreira de profissionais brilhantes.

Como ex-Secretário de Estado, pude conviver com grandes trabalhadores dessa área, em especial o Departamento Penitenciário e da própria Secretaria, e portanto, desejamos aqui que este projeto tramite dentro da Legislação e do processo legislativo e para que ele seja aprovado de imediato, sem qualquer tipo de emenda.

(Palmas).

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte, Deputado Rubens Bueno, e uma vez mais, para encerrar, parabenizando o Executivo, quero parabenizar também a Assembléia Legislativa que, no curso de sua Constituição, soube entender num debate profundo com a sociedade, com os interessados, com a classe, a necessidade da criação dessa carreira para o aprimoramento da questão jurídica do Estado do Paraná.

Obrigado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerra a discussão. Em votação o projeto com o parecer do Relator, Deputado Erondy Silvério. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 66/90, de autoria do Deputado NAMIR PIA-CENTINI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Terra Boa, para que a população decida sobre a criação do município de MALU. Aprovado. (Publ. no D. A. n° 67, de 06.06.90.)

Sobre a mesa, requerimento de n° 2.295, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 103/90.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 417 e 447/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 326 e 339/89, 016, 425, 439, 510, 511, 512 e 514/90, e do Projeto de Resolução n° 66/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 095 e 175/89 e 515/90, e dos Projetos de Resolução n°s 108 e 109/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 138/90.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N° 106/90

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JUAREZ DE QUADROS GONÇALVES, matrícula n° 513, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial, a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 6° quinquênio compreendido entre 10 de fevereiro de 1986 e 10 de agosto de 1989, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5° quinquênio e das férias de 1973, 1974, 1985, 1986, 1987 e 1988, contadas em dobro.

(Protoc. n° 7659, de 13.09.90)

PORTARIA N° 107/90

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248 da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ZENAIDE SILVA FILPO, matrícula n° 410, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial, a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 6° quinquênio compreendido entre 05 de

fevereiro de 1986 e 05 de agosto de 1989, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5° quinquênio e das férias de 1976, 1977, 1985, 1986, 1987 e 1988, contadas em dobro.

(Protoc. n° 6922, de 21.08.90)

PORTARIA N° 108/90

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor da funcionária MARLENE DE BRITO PERRONE, matrícula n° 222, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1988, deixadas de gozar, de acordo com o Art. 37, das Disposições Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, combinado com o Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975.

(Protoc. n° 6457, de 01.08.90).

PORTARIA N° 109/90

conceder, ao funcionário ZENO PACIORNICK, matrícula n° 411, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referente ao exercício de 1990, a partir de 01 de outubro do corrente ano.

(Protoc. n° 7998, de 10.10.90.)

PORTARIA N° 110/90

mandar contar, para efeito de aposentadoria, nos termos da Lei n° 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n° 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de JOÃO FARINHAK, matrícula n° 210, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, três (03) meses e sete (07) dias, período compreendido entre 08 de agosto de 1960 e 14 de novembro de 1961, em que prestou serviços em atividade regida pela Lei Federal número 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n° 7578, de 12.09.90).

PORTARIA N° 111/90

conceder ao funcionário LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS, matrícula n° 145, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1990, a partir de 05 de outubro do corrente ano.

(Protoc. n° 7882, de 25.09.90).

PORTARIA N° 112/90

conceder, ao funcionário RENE VASCO GARCIA, matrícula n° 429, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, do Quadro

de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1990, a partir de 1º de setembro do corrente ano.

(Protoc. n° 7715, de 17.09.90).

PORTARIA N° 113/90

1º) mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 37, das Disposições Transitórias da nova Constituição Estadual, combinado com o Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA, matrícula n° 494, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, tempo de

dez (10) meses, correspondentes ao dobro das férias de 1967, 1985, 1986, 1988 e 1989, deixadas de gozar; e,

2º) mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei n° 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondentes ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 5º quinquênio, compreendido entre 30 de agosto de 1982 e 30 de fevereiro de 1987, antecipado em razão da incorporação referente ao 4º quinquênio.

(Protoc. n° 7740, de 18.09.90).

Gabinete da Diretoria Geral, em 16.10.90.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral